

ENTRE A GUERRA E AS NORMAS INTERNACIONAIS

OS CONFLITOS ESQUECIDOS DA EURÁSIA PÓS-SOVIÉTICA

Licínia Simão

INTRODUÇÃO

Os conflitos armados que eclodiram nos territórios da Abecásia, da Ossétia do Sul, da Transnístria e do Nagorno-Karabakh, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), persistem na ordem internacional sem que um acordo de paz tenha sido alcançado entre as partes. Por essa razão, estes conflitos foram apelidados na literatura académica e no jargão político de «conflitos congelados»¹, denotando a incapacidade de mover os processos de paz para lá dos acordos de cessar-fogo negociados após as vitórias militares alcançadas pelas forças separatistas.

As reivindicações por soberania, que marcaram os últimos anos da URSS, viriam a resultar no reconhecimento internacional de 15 novos Estados independentes, demarcados pelas fronteiras das antigas repúblicas socialistas soviéticas (RSS) da URSS quando esta deixou de existir em 25 de dezembro de 1991. Esta realidade, contudo, deixou para trás as reivindicações por soberania e reconhecimento internacional que este conjunto de regiões administrativas da ex-URSS articulou nos anos finais da União. Nem Moscovo, primeiro, nem a comunidade internacional, após 1991, viriam a entender as reivindicações destas entidades como merecedoras de reconhecimento da sua soberania². O seu enquadramento normativo passou a ser o de regiões separatistas que contestavam violentamente o direito dos seus Estados-Mãe (ou seja, os Estados de quem desejam separar-se) a exercer soberania sobre as

RESUMO

Os conflitos armados resultantes da fragmentação política da União Soviética permanecem ativos desde a década de 1990, com impactos no reordenamento deste território, no pós-Guerra Fria. Este artigo olha para a permanência dos conflitos nas regiões da Abecásia, da Ossétia do Sul, da Transnístria e do Nagorno-Karabakh e avalia o valor que estes conflitos ganham nas estratégias regionais em desenvolvimento na Eurásia. O argumento central defende que o contexto de transição de poder à escala global que vivemos hoje enfraquece o valor das normas internacionais na resolução de conflitos e favorece o recurso à força armada como forma de resolução de disputas prolongadas.

Palavras-chave: conflitos esquecidos, Eurásia pós-soviética, normas internacionais, guerra.

ABSTRACT

BETWEEN WAR AND INTERNATIONAL NORMS: THE FORGOTTEN CONFLICTS OF POT-SOVIET EURASIA

The armed conflicts resulting from the political fragmentation of the Soviet Union have remained active since the 1990s, with implications for



the post-Cold War reorganization of this territory. This article looks at the persistence of the conflicts in the regions of Abkhazia, South Ossetia, Transnistria, and Nagorno-Karabakh, and assesses the value of these conflicts in ongoing regional strategies in Eurasia. The central argument is that the context of power transitions on a global scale that we are experiencing today weakens the value of international norms in conflict resolution and favors the use of armed force as a means of resolving protracted disputes.

Keywords: forgotten conflicts, post-Soviet Eurasia, international norms, war.

suas populações e os seus territórios. Os conflitos em que se encontravam permaneceram congelados, num contexto de ausência de paz formal e de violência generalizada³.

Embora estas regiões, agora apelidadas de separatistas, tenham saído vitoriosas dos confrontos militares do período pós-independência, os acordos de cessar-fogo negociados com a participação da Federação Russa, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) não permitiram alcançar acordos de paz, fragilizando os processos de construção estatal e a ordem regional. Os Estados patronos (ou seja, os Estados que apoiam os separatistas) passaram a ter uma significativa capacidade de influência sobre os destinos dos Estados-Mãe e sobre

as dinâmicas geopolíticas da região⁴.

A ausência de enquadramento normativo através do qual estas comunidades pudessem encontrar uma solução para os conflitos políticos em que se envolveram contribuiu ativamente para a permanência de formas de violência, quer direta quer indireta. Embora o direito internacional preveja o direito à autodeterminação, no contexto pós-soviético, a afirmação da integridade territorial e da soberania dos Estados saídos da URSS fez com que as comunidades que desejavam ser também reconhecidas como Estados independentes se encontrassem agora em conflitos separatistas e/ou irredentistas, sem reconhecimento internacional e com apoio muito limitado. A sua permanência num limbo jurídico, enquanto Estados *de facto*, mas não *de jure*, aumentou as vias pelas quais a violência foi exercida sobre as suas comunidades, com acesso muito limitado ao apoio ao desenvolvimento, com sociedades altamente militarizadas e com frentes de combate ativas com os seus vizinhos, só para referir algumas das formas de violência que permaneceram desde o fim da URSS.

Este artigo olha para a permanência dos conflitos nas regiões da Abecásia, da Ossétia do Sul, da Transnístria e do Nagorno-Karabakh e avalia o valor que estes conflitos ganham nas estratégias regionais em desenvolvimento na Eurásia. O argumento central defende que o contexto de transição de poder à escala global que vivemos hoje enfraquece o valor das normas internacionais na resolução de conflitos e favorece o recurso à força armada como forma de resolução de disputas prolongadas.

ENQUADRAMENTO POLÍTICO E NORMATIVO DOS CONFLITOS

NAGORNO-KARABAKH

O conflito que eclodiu, em 1988, em torno do território do Nagorno-Karabakh iniciou-se como uma luta irredentista das autoridades da região autónoma do Nagorno-Karabakh que, em 20 de fevereiro de 1988, votaram a favor da transferência desta região da RSS do

Azerbaijão para a RSS da Arménia. Este é um conflito étnico-territorial de natureza interestatal, combinando elementos irredentistas e separatistas⁵, em que a identidade étnica serviu de base ao processo de consolidação nacional em curso, ligando identidade e território⁶. Por isso, a campanha militar que começou a ganhar forma a partir de 1991 representou um elemento central na edificação de novas identidades nacionais nos três territórios (incluindo na autoproclamada República do Nagorno-Karabakh).

Para as três comunidades, a imposição de uma derrota militar pelas forças arménias do Nagorno-Karabakh ao Azerbaijão ganhou uma importância simbólica no processo de construção estatal. Para os arménios, a vitória militar sobre o Azerbaijão permitiu um reenquadramento da história nacional que tinha estado, até aí, repleta de episódios de perda e vitimização, nomeadamente no que à questão do genocídio arménio no Império Otomano diz respeito⁷. No caso dos arménios do Nagorno-Karabakh, esta vitória militar representava a conclusão de uma longa história de autonomia, reprimida por vários períodos de ocupação, e que agora parecia perto de se consolidar. Para o Azerbaijão, a derrota, a perda de cerca de 15% do seu território, as perdas humanas e a deslocação de cerca de 750 mil deslocados internos e refugiados representou um desafio muito significativo na consolidação de uma identidade e de um projeto nacional, num contexto multiétnico⁸.

As narrativas históricas da presença arménia e azeri no território do Nagorno-Karabakh passaram a estar na base da reivindicação de um direito à terra⁹, marginalizando outros argumentos, nomeadamente económicos ou políticos. Por um lado, o controlo sobre o território revelou-se muito volátil ao longo destas mais de três décadas de conflito, com o estatuto dos territórios disputados a ser objeto de tentativas diplomáticas de regulação em sede das Nações Unidas, em linha com o direito internacional. A oposição entre o princípio da integridade territorial e o princípio da autodeterminação dos povos tem, neste conflito, uma demonstração clara do impasse a que a comunidade internacional chegou nesta matéria.

A OPOSIÇÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA INTEGRIDADE TERRITORIAL E O PRINCÍPIO DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS TEM, NESTE CONFLITO, UMA DEMONSTRAÇÃO CLARA DO IMPASSE A QUE A COMUNIDADE INTERNACIONAL CHEGOU NESTA MATÉRIA.

Para além disso, verificou-se na Arménia um processo em que as elites militares do Nagorno-Karabakh acabaram por dominar a política interna arménia, colocando no centro da ação deste país as suas preocupações em detrimento das necessidades mais amplas da população¹⁰. De Waal refere-se à «armadilha do Karabakh» para tornar evidente a forma como as imagens de «vitorioso» (Arménia e Karabakh) e «derrotado» (Azerbaijão) se tornaram uma parte integrante das identidades nacionais, tornando o *statu quo* mais difícil de renegociar pelos líderes políticos¹¹.

A partir de 2008, quando se dá o reconhecimento internacional da declaração de independência do Kosovo, inicia-se uma linha de argumentação relativa à qualidade da

democracia no Nagorno-Karabakh, por oposição à degradação da democracia no Azerbaijão, para reforçar os argumentos a favor do reconhecimento internacional da independência do Nagorno-Karabakh. Contudo, a ação do Azerbaijão foi determinante para impedir que a comunidade internacional avançasse nesse sentido, já que as reservas energéticas do Cáspio e a ação das autoridades em Bacu de apoio aos esforços internacionais na guerra do Afeganistão tinham interligado os interesses dos Estados Unidos da América (EUA) e de vários Estados europeus, envolvidos na negociação do processo de paz, aos interesses do Azerbaijão.

Face ao impasse em que o processo negocial se encontrava e ao desequilíbrio econômico e militar que se formou a favor do Azerbaijão, a segunda guerra do Nagorno-Karabakh, que teve lugar em 2020, acabou por reverter o *statu quo* existente, criando condições muito favoráveis para o restabelecimento da soberania azerbaijanesa sobre os territórios do Nagorno-Karabakh¹². Assim, a derrota militar infligida pelo Azerbaijão à Arménia, primeiro em 2020 e de forma mais definitiva em setembro de 2023, alterou a própria identidade nacional, permitindo recuperar o orgulho azerbaijanês e com isso legitimar o governo no poder, ao mesmo tempo que mergulhou a Arménia num novo trauma e os arménios do Nagorno-Karabakh numa nova fase de fuga e sobrevivência¹³.

O conflito armado do Nagorno-Karabakh apresenta características de complexidade acrescida, tendo em conta o carácter interestatal que veio a adquirir com o envolvimento direto da Arménia no conflito, bem como pela mobilização regional de interesses que provocou, incluindo na Rússia, na Turquia ou no Irão¹⁴. Para além disso, o papel da influente diáspora arménia junto dos principais mediadores do conflito revelou-se determinante para limitar a capacidade de o Azerbaijão mobilizar apoios durante as duas primeiras décadas. Este conflito, mediado no âmbito da OSCE, tem também a particularidade de ter mantido um cessar-fogo, entre 1994 e 2020, sem forças de monitorização ou apoio à paz no terreno. Apenas após a segunda guerra, em 2020, as partes concordaram com a presença de forças militares da Federação Russa para observar o cessar-fogo, embora isso não tenha impedido a ação militar do Azerbaijão sobre a região no outono de 2023.

Os conflitos no espaço da ex-URSS são conflitos regionais e globais, no sentido em que a sua gestão está interligada com a ação das potências neste espaço geográfico e aos seus interesses. As alterações da política externa de Moscovo relativamente a este conflito, nomeadamente as políticas de venda de armamento a Bacu e a aceitação tácita da ação militar do Azerbaijão em 2023, foram entendidas como uma falta de lealdade de Moscovo para com os interesses arménios. De forma semelhante, os apoios russo e turco a Bacu são argumentos suficientes para procurar reverter o resultado da primeira guerra com uma nova ofensiva militar. Hoje, temos por isso um novo contexto em que a pressão é muito elevada para a Arménia acomodar o atual resultado do conflito e abandonar as reivindicações pró-independência das autoridades do Nagorno-Karabakh,

embora as dinâmicas de competição e cooperação entre potências regionais e globais nesta região sejam um reflexo da avaliação específica que cada uma delas faz sobre os seus interesses regionais, mas com amplas ligações à escala global.

ABECÁSIA E OSSÉTIA DO SUL

Os conflitos armados que eclodiram na Geórgia, na Região Autónoma da Ossétia do Sul e na República Autónoma da Abecásia, antes da implosão da URSS, e que se mantêm sem uma resolução até aos nossos dias, ilustram como a autonomia preexistente e reconhecida pelas diferentes constituições soviéticas serviu de base para as reivindicações separatistas. A escalada para o conflito armado tem vários elementos decisivos, todos eles relevantes para a ideia de autonomia e independência que se apresentou como sendo possível num momento de transformação profunda. À semelhança do que aconteceu no Nagorno-Karabakh, também os líderes da Ossétia do Sul e da Abecásia procuraram junto de Moscovo o reconhecimento de um estatuto que lhes garantisse segurança. O escalar para o conflito armado foi impulsionado pelas tensões interétnicas, pelo apoio político e militar recebido de terceiras partes e pela percepção de que apenas a autonomia e a independência poderiam proteger a identidade destas comunidades nacionais distintas. Ou seja, os elementos diferenciadores ao nível linguístico, cultural, étnico das comunidades face a outras que agora dominavam a política central do país. Um dos primeiros elementos a criar tensão nas relações entre Moscovo, Tiblíssi e as suas regiões autónomas foi a incerteza jurídica e política em que estes territórios se encontravam com o desagregar da URSS. O movimento nacionalista na Geórgia ganhou força ao longo de toda a década de 1980, beneficiando da abertura permitida pelas reformas de Mikhail Gorbachov, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, criando tensões na relação entre as elites georgianas e as restantes minorias, preocupadas que estavam com a mensagem do movimento nacionalista georgiano de uma «Geórgia para os georgianos».

Até 1994, quando o acordo de cessar-fogo entre as forças abecases e as forças georgianas foi assinado, a Geórgia era um Estado falhado, em guerra com dois movimentos separatistas, sem controlo do seu território, sem instituições que assegurassem as funções básicas do Estado-Nação e sem uma ideia mobilizadora para todos os cidadãos. Dessa perspetiva, o projeto nacionalista georgiano provou ser muito problemático para a criação de um Estado soberano viável e as consequências dessas opções continuariam a ser sentidas nas décadas seguintes. Por outro lado, a forma como Moscovo geriu os interesses das diferentes elites envolvidas na contestação de poder e os interesses da Rússia independente acentuaram a desconfiança histórica face à Rússia e levaram a que o projeto estatal georgiano fosse plenamente integrado na competição geopolítica entre o Ocidente e a Rússia no seu «estrangeiro próximo»¹⁵. Assim, o projeto de construção estatal e a democratização na Geórgia foram complicados pelo facto de acontecer simultaneamente a uma luta de libertação

nacional face à liderança soviética e à interferência russa pós-soviética¹⁶. Viria a ser apenas com os acordos de cessar-fogo e a relativa normalização que a situação de ausência de paz e de guerra permitiu, que o gradual controlo das novas elites estatais, quer na Geórgia, quer na Abecásia e na Ossétia do Sul, se fez sentir sobre diferentes aspetos da sociedade.

A Revolução das Rosas, em outubro de 2003, constituiu uma marca clara da dimensão geopolítica que ganhou o projeto de construção do Estado georgiano e da resolução dos seus conflitos, à medida que os interesses ocidentais nas reservas energéticas da Eurásia se intensificaram. Desde a Revolução das Rosas, a gestão dos conflitos armados revelou-se um aspecto crítico para a consolidação de um Estado soberano forte na Geórgia e para as perspetivas de autonomia e reconhecimento destas duas regiões que constituem Estados *de facto*. A situação de «nem paz, nem guerra» dos últimos trinta anos permitiu algum nível de normalização da vida em sociedade e de acomodação ao *statu quo*. No entanto, a prioridade clara que a liderança georgiana atribuiu ao objetivo de integração euro-atlântica, na União Europeia (UE) e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla inglesa), a partir de 2004, fez da permanência dos conflitos um problema da maior importância¹⁷. Esta estratégia do governo georgiano passou pela tentativa de «internacionalização dos conflitos», nomeadamente dos seus contextos de mediação e de manutenção da paz¹⁸.

A aproximação das autoridades georgianas às instituições euro-atlânticas criou, assim, problemas novos no processo de gestão dos conflitos armados. Por um lado, o reforço das capacidades do Estado georgiano agravou o desequilíbrio de forças *vis-à-vis* os Estados *de facto*. Isso terá sido um dos fatores que levou, em 2008, à tentativa da liderança em Tiblíssi de controlar por via militar o território da Ossétia do Sul e que resultou na Guerra dos Cinco Dias, em agosto de 2008, com a entrada militar da Rússia em território internacionalmente reconhecido como sendo da Geórgia¹⁹. A partir desse ponto, o apoio da Federação Russa contribuiu para o reforço da estabilidade das duas regiões separatistas, ao incluir o reconhecimento formal das suas declarações de inde-

À MEDIDA QUE SE ACENTUA A DEPENDÊNCIA DAS PARTES NOS CONFLITOS EM RELAÇÃO AOS APOIOS DAS POTÊNCIAS ENVOLVIDAS NUM CONFRONTO GLOBAL E REGIONAL MAIS AMPLO, AS PERSPETIVAS DE RESOLUÇÃO TENDERÃO A DIMINUIR.

pendência, o reforço da presença militar, mediante acordos bilaterais, o reforço dos apoios económicos e sociais e, no caso da Ossétia do Sul, uma gradual expansão das suas «fronteiras» para território controlado pelas autoridades georgianas²⁰. À medida que se acentua a dependência das partes nos conflitos em relação aos apoios das

potências envolvidas num confronto global e regional mais amplo, as perspetivas de resolução tenderão a diminuir. Por outro lado, o efeito de atração que a integração na UE poderia ter junto destes Estados *de facto*, para uma aproximação das posições negociais, tende a dissipar-se com a polarização geopolítica atual²¹.

TRANSNÍSTRIA

No final da década de 1980, a RSS da Moldávia viveu dois conflitos que opuseram minorias étnicas e linguísticas na Gagaúzia e na Transnístria às elites soviéticas no poder. Em agosto de 1991, a Moldávia declarou a sua independência da URSS, assumindo-se como um Estado multiétnico e multilinguístico, cuja identidade nacional foi contestada, oscilando entre visões que defendiam a afirmação de uma especificidade moldava e visões que promoviam uma aproximação linguística, cultural e histórica com a Roménia, em detrimento da influência russa²².

No período final da URSS, o nacionalismo moldavo beneficiou do apoio da Roménia e da promoção ativa dos laços culturais e linguísticos com esse país, como forma de reforçar o carácter distinto da Moldávia face à homogeneização soviética. De forma semelhante, assistiu-se à utilização de narrativas históricas que sublinhavam o carácter distinto das populações da Transnístria e a sua história de autonomia antes da anexação soviética, reclamando para si o direito à autodeterminação. Procurando reforçar estes argumentos, as autoridades invocaram ainda um direito à secessão, face ao que consideravam ser a violação dos seus direitos pelo Estado-Mãe e, em último lugar, o direito ao recurso às armas por parte das autoridades em Chisinau na resolução do conflito²³. Embora a Transnístria não tenha beneficiado de um estatuto de autonomia no quadro jurídico soviético e a maioria da população tivesse favorecido a permanência na URSS, o processo de construção de uma identidade própria da população multiétnica da Transnístria, sob liderança do primeiro «Presidente» da região, Igor Smirnov, ganhou força após o fim da URSS, traduzindo-se em reivindicações por independência.

Em parte, a ausência de um acordo político que enquadrasse as relações da Transnístria com as autoridades em Chisinau explica-se pelo papel que a Rússia e as suas forças militares estacionadas na Transnístria desempenham neste processo desde o início do conflito. O papel determinante da Rússia é ainda mais evidente neste conflito, ao representar a única presença internacional militar no terreno, com uma operação de manutenção da paz, mas também com forças bilaterais que deveriam ter deixado o território em 2003²⁴. A Rússia integra também o formato negocial em vigor, desde o acordo de 1992, sob auspícios da OSCE e que conta, desde 2005, com a participação dos EUA e da UE como observadores²⁵. No entanto, em particular desde a guerra na Geórgia, em agosto de 2008, a instrumentalização dos conflitos «congelados» pela Rússia, na sua oposição aos interesses ocidentais, tem sido mais evidente. A Rússia mantém importantes apoios políticos, financeiros, económicos e sociais à Transnístria, essenciais ao regular funcionamento do «Estado». Isto reforça as acusações de que a Rússia mantém estes Estados artificialmente como uma forma de destabilizar os Estados-Mãe e assim avançar os seus interesses. No contexto da guerra na Ucrânia, a presença militar russa na Transnístria representa uma pressão muito relevante sobre as autoridades moldavas.

A TRANSIÇÃO GLOBAL DE PODER E A EROSÃO DA ORDEM NORMATIVA

A chegada das ex-repúblicas soviéticas ao sistema internacional, em 1991, acontece num contexto de elevada expectativa face à capacidade das organizações internacionais em promover o diálogo e a cooperação multilateral. As questões da paz e da segurança internacionais ganharam agora novo relevo no quadro da ONU, com a renovação de uma agenda normativa de atuação quer no âmbito do direito internacional humanitário, quer no que ao direito da paz e da segurança diz respeito. A adoção da Agenda para a Paz, em 1992, sob proposta do secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, procurou criar as condições políticas e materiais de atuação da ONU enquanto garante da paz e da segurança internacionais, nomeadamente dotando-a dos quadros normativos e meios materiais relevantes para a condução de operações de manutenção e imposição da paz. A intervenção no Iraque, logo em 1991, aquando da sua tentativa de anexação do Kuwait, foi realizada com autorização do Conselho de Segurança da ONU e mediante a formação de uma coligação internacional, e pareceu inaugurar um novo momento de ativismo das potências (globais) sob auspícios das Nações Unidas, balizado por um quadro normativo robusto.

O direito internacional foi também robustecido com a adoção e implementação de conceitos como a responsabilidade de proteger (R2P)²⁶ ou a intervenção humanitária²⁷, que visavam prevenir atrocidades em massa, como aquelas que tiveram lugar no Ruanda, em 1994, na Bósnia, em 1995, ou no Kosovo, em 1999²⁸. A criação de tribunais internacionais para julgar crimes de guerra, como o Tribunal Penal Internacional, em 2002, ou de órgãos especializados no âmbito da ONU, como a Comissão para a Construção da Paz (*Peacebuilding Commission*)²⁹, em 2005, densificaram a capacidade institucional internacional de monitorizar a ação dos Estados e de os responsabilizar pelas suas ações.

A criação destes instrumentos não se fez sem crítica e a sua ação nem sempre alcançou os efeitos preventivos e sancionatórios desejados. Embora a referência ao princípio da R2P no caso da Líbia tenha sido amplamente celebrada pelos seus proponentes como evidência de «uma nova política de proteção»³⁰, duas linhas de contestação foram articuladas. Por um lado, o fracasso da R2P em criar um novo contexto moral a partir do qual os Estados se sentissem compelidos a atuar na proteção dos mais vulneráveis em contextos de conflito armado³¹; por outro lado, a utilização abusiva do conceito é, para outros autores, a «expressão mais completa da convergência entre as agendas da paz liberal e do “novo humanitarismo” [que serve] de suporte legitimador dos novos contornos do intervencionismo internacional»³².

Aliás, a utilização considerada abusiva do princípio da R2P, no caso da intervenção da Rússia na Geórgia, em 2008, ilustra bem como os conflitos esquecidos da ex-URSS são arrastados para a competição entre as grandes potências. Para Moscovo, a invocação deste princípio servia o propósito de posicionar a discussão internacional relativa à intervenção de Moscovo no âmbito da contestação à atuação dos EUA e das potências

européias noutros contextos internacionais, nomeadamente em África e no Médio Oriente³³. De forma semelhante, a intervenção da Rússia no leste da Ucrânia, após a anexação ilegal da Crimeia, em 2014, procurou invocar argumentos humanitários relativos às regiões de Donetsk e Lugansk que ficaram obscurecidos pelo contexto de competição em que as relações entre Moscovo e o Ocidente se encontram³⁴.

A ausência de respostas diplomáticas e políticas para estes conflitos esquecidos, às portas da UE e da NATO, contribuiu para que as soluções militares passassem a ser consideradas como uma possível saída do *statu quo*. Em 2008, o Governo da Geórgia procurou uma solução militar para o conflito da Ossétia do Sul, que foi rapidamente revertida pelo apoio militar de Moscovo às entidades separatistas. Desde a Guerra dos Cinco Dias, de 2008, aprofundou-se a presença russa nestas regiões a todos os níveis: militar, político e económico. Mais recentemente, foi a vez do Azerbaijão recorrer à utilização da guerra para reverter o *statu quo* no Nagorno-Karabakh, tendo sido bem-sucedido em alcançar o controlo daquela região e em expulsar as comunidades arménias que aí habitavam³⁵.

A ausência de uma resposta clara da comunidade internacional, sancionando o uso da força como meio para resolver conflitos políticos, potencia a utilização da guerra como forma de terminar conflitos. Embora o recurso à guerra esteja formalmente proibido e tenhamos assistido, no século XX, a uma mudança ideológica profunda³⁶, permanece uma confusão académica e política sobre quais as formas de terminar conflitos que sejam aceitáveis neste novo quadro ideológico do pós-Segunda Guerra Mundial³⁷. As soluções oferecidas pela chamada paz liberal³⁸ tendem a resultar no prolongamento dos conflitos e na manutenção de elevados níveis de violência que contrastam com a esperada paz e isso tem aumentado a procura de outras soluções disponíveis para a gestão da conflitualidade violenta.

A EURÁSIA PÓS-SOVIÉTICA NUMA ORDEM INTERNACIONAL EM MUDANÇA

Para os países resultantes da ex-URSS, incluindo os Estados *de facto* no Cáucaso do Sul e da Transnístria, a sua existência ao longo das últimas mais de três décadas enquanto Estados soberanos (os primeiros, reconhecidos, os segundos, não) dependeu da combinação entre capacidade material e normas internacionais. Por um lado, a capacidade das suas instituições em criar alianças e em fazer alinhar os seus interesses com os das potências regionais e globais. É o caso da Geórgia e do Azerbaijão, cujo papel central no desenvolvimento energético no Cáspio, desde a década de 1990, aumentou a sua importância estratégica para os EUA e a Europa Ocidental. E é o caso dos Estados *de facto* que dependeram das capacidades que as suas instituições desenvolveram,

A AUSÊNCIA DE RESPOSTAS DIPLOMÁTICAS
E POLÍTICAS PARA ESTES CONFLITOS ESQUECIDOS,
ÀS PORTAS DA UE E DA NATO, CONTRIBUIU
PARA QUE AS SOLUÇÕES MILITARES PASSASSEM
A SER CONSIDERADAS COMO UMA POSSÍVEL
SAÍDA DO *STATU QUO*.

mesmo num contexto de não reconhecimento internacional, frequentemente através do apoio dos seus Estados patronos (a Rússia, no caso da Transnístria, da Abecásia e da Ossétia do Sul, e a Arménia, no caso do Nagorno-Karabakh)³⁹. Por outro lado, as normas internacionais da inviolabilidade das fronteiras, da integridade territorial e da não ingerência nos assuntos internos dos Estados asseguraram aos novos Estados independentes o direito de exercerem a sua soberania de acordo com as suas preferências. Para os Estados *de facto*, o direito à autodeterminação permitiu-lhes articular o direito à luta pelo reconhecimento da sua independência e, ocasionalmente, ganhar mesmo o favor das grandes potências⁴⁰.

Naturalmente, a capacidade dos Estados *de facto* em avançar os seus interesses deve ser colocada numa escala hierárquica de interesses, em que os seus Estados metropolitanos se sobrepõem na sua capacidade de mobilizar apoio para a sua causa. Assim, os Estados de quem estas entidades desejam separar-se utilizam a sua condição soberana, de igualdade formal no sistema internacional, para bloquear ativamente a voz internacional das comunidades que desejam a separação. Por exemplo, a adoção, na Geórgia, em 2009, da Lei sobre os Territórios Ocupados, determinou que todas as interações internacionais com estas regiões deveriam ser previamente acordadas com o governo de Tbilissi. Isso resultou, na prática, na suspensão de inúmeras atividades conduzidas por organizações da sociedade civil, incluindo aquelas que eram financiadas pela UE⁴¹. No caso do Azerbaijão, o sancionamento de indivíduos que tivessem visitado as regiões do Nagorno-Karabakh sem autorização de Baku levou à não emissão de vistos e à publicação do seu nome numa lista pública⁴².

Também a estrutura do sistema internacional afeta a capacidade destes Estados conseguirem ser reconhecidos ou verem as suas lutas legitimadas ou apoiadas, dependendo das preferências das grandes potências ou da sua capacidade e vontade em gerir lutas regionais⁴³. No caso dos conflitos separatistas da Eurásia, o seu valor estratégico na atual confrontação entre grandes potências continua a ser significativo, na medida em que a estratégia ocidental de alargamento das instituições euro-atlânticas passa pela integração da Geórgia e da Moldávia na UE e na NATO. No entanto, a Rússia reforçou o seu posicionamento *vis-à-vis* estes territórios, com uma maior presença militar, económica e política e, através da guerra na Ucrânia, criou um foco de atenção mais urgente e imediato, que relegou estes conflitos congelados para uma ordem de prioridade inferior nas agendas europeias e norte-americanas. Se tivermos em conta também que a oposição bipolar que se desenha para os próximos anos oporá o Ocidente à China, os conflitos congelados da Eurásia perdem importância estratégica e a estabilidade do Pacífico assume maior preponderância.

Mesmo do ponto de vista energético, encontramos-nos hoje num contexto muito diferente, na Europa, não só por força das inovações tecnológicas que permitem uma produção e utilização de fontes energéticas mais diversificadas, mas essencialmente fruto do papel preponderante que a energia norte-americana assumiu na estratégia de

diminuição da dependência energética europeia face à Rússia e ao espaço da ex-URSS. Estes conflitos permanecem, assim, conflitos de segunda linha, aparentemente estáveis face a outras realidades internacionais mais voláteis e urgentes. Qualquer alteração no seu *statu quo* dependerá da ação dos Estados europeus, na medida em que será necessária uma estratégia de gestão dos conflitos por parte da UE à medida que os processos de adesão da Ucrânia, da Moldávia e da Geórgia se desenvolvem. Seria desejável a integração de uma estratégia diplomática de negociações de paz nas reformas destes Estados, com políticas de resolução de conflitos que fossem ao âmago das divergências políticas em que estes conflitos assentam. O que é, contudo, expectável, é que estes conflitos congelados venham a ser cristalizados numa nova ordem regional, em que os avanços na integração euro-atlântica destes Estados não sejam comprometidos pela ausência de um acordo de paz.

ESTES CONFLITOS PERMANECEM, ASSIM,
CONFLITOS DE SEGUNDA LINHA, APARENTEMENTE
ESTÁVEIS FACE A OUTRAS REALIDADES
INTERNACIONAIS MAIS VOLÁTEIS E URGENTES.
QUALQUER ALTERAÇÃO NO SEU *STATU QUO*
DEPENDERÁ DA AÇÃO DOS ESTADOS EUROPEUS.

CONCLUSÃO

A natureza esquecida dos conflitos da Eurásia pós-soviética não deve iludir-nos sobre a importância estratégica que a sua permanência tem nas dinâmicas geopolíticas desta região em profunda alteração, desde 1990. À medida que o alargamento das instituições euro-atlânticas chega aos países com conflitos secessionistas nos seus territórios, estes conflitos ganham uma dimensão internacional, fruto das suas implicações regionais e globais. Embora não seja clara a estratégia que a UE e a NATO adotarão face aos conflitos dos seus potenciais futuros membros, a tendência internacional parece ser de privilegiar a integridade territorial em detrimento da autodeterminação. Por outro lado, a instabilidade global que se faz sentir, com múltiplas crises, tem-se traduzido na marginalização das instituições multilaterais e das normas internacionais que lhes são subjacentes, à medida que um mundo multipolar parece formar-se, o que amplia o valor da estabilidade regional para todos os atores. Assim, a consolidação de um *statu quo*, em que estas comunidades em conflito se dividem entre esferas de influência, traduz-se em menos oportunidades para a paz.

Um cenário onde estes conflitos permanecem congelados é muito provável, tendo em conta a falta de incentivos para alterar essa realidade. Ao mesmo tempo, a resolução de conflitos por via do recurso à guerra afigura-se mais fácil, num contexto onde as normas internacionais estão fragilizadas. Quer por via da acomodação, quer por via da confrontação, não se antecipa que seja viável a procura de soluções que libertem estas populações e a região da Eurásia pós-soviética da violência em que se encontram há décadas. Os impactos ao nível do seu desenvol-

vimento económico, da integração regional ou do desenvolvimento de projetos políticos inclusivos e democráticos tenderão a continuar adiados, pelo menos para uma parte significativa destas populações. ^{RI}

Data de receção: 16 de setembro de 2024 | Data de aprovação: 15 de novembro de 2024

Licinia Simão Investigadora no Centro de Estudos Sociais e professora associada em Relações Internacionais com agregação na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

> Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Av. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal | lsimao@fe.uc.pt

NOTAS

1 SMETANA, Michal; LUDVÍK, Jan – «Between war and peace: a dynamic reconceptualization of “frozen conflicts”». In *Asia Europe Journal*. Vol. 17, N.º 1, 2019, pp. 1-14.

2 LYNCH, Dov – «Separatist states and post-Soviet conflicts». In *International Affairs*. Vol. 78, N.º 4, 2002, pp. 831-848.

3 RICHARDS, Paul – *No Peace, No War: An Anthropology of Contemporary Armed Conflicts*. Athens, OH: Ohio University Press, 2005; WALKER, Edward – «No war, no peace in the Caucasus. Contested sovereignty in Chechnya, Abkhazia, and Karabakh». In BERTSCH, Gary K., et al. – *Crossroads and Conflicts: Security and Foreign Policy in the Caucasus and Central Asia*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2000, pp. 152-187.

4 BLANK, Stephen – «Russia and the Black Sea's frozen conflicts in strategic perspective». In *Mediterranean Quarterly*. Vol. 19, N.º 3, 2008, pp. 23-54; KAZANTSEV, Andrei A., et al. – «Russia's policy in the “frozen conflicts” of the post-Soviet space: from ethno-politics to geopolitics». In *Caucasus Survey*. Vol. 8, N.º 2, 2020, pp. 142-162.

5 SIMÃO, Licinia – «Engaging civil society in the Nagorno-Karabakh conflict: what role for the EU and the neighbourhood policy?». In *MICROCON Policy Working Paper*. N.º 11, junho de 2010, p. 3.

6 MILANOVA, Nadia – «The territory-identity nexus in the conflict over Nagorno Karabakh: implications for OSCE peace efforts». In *Journal of Ethnopolitics and Minority Issues in Europe*. Vol. 2, N.º 4, 2003, p. 1; ÖZKAN, Behlül – «Who gains from the “no war no peace” situation? A critical analysis of the Nagorno-Karabakh conflict». In *Geopolitics*. Vol. 13, N.º 2, 2008, p. 580.

7 SIMÃO, Licinia – «Engaging civil society in the Nagorno-Karabakh conflict...». p. 4; DERLUGUIAN, Georgi M. – *Bourdieu's Secret Admirer in the Caucasus. A World-System Biography*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005, p. 189.

8 PRIEGO, Alberto – «The creation of the Azerbaijani identity and its influence on foreign policy». In *UNISCI Discussion Papers*. Maio de 2005; SIMÃO, Licinia – *The EU's Neighbourhood Policy towards the South Caucasus: Expanding the European Security Community*. Cham: Springer International Publishing, 2018, pp. 185-187.

9 DE WAAL, Thomas – *Black Garden. Armenia and Azerbaijan through Peace and War*. Nova Iorque: New York University Press, 2003, pp. 145-158; ICG – *Nagorno-Karabakh: A Plan for Peace*. International Crisis Group Europe Report. N.º 167, 11 de outubro de 2005, pp. 3-6.

10 FREIRE, Maria R.; SIMÃO, Licinia – «The Armenian road to democracy – dimensions of a tortuous process». In *CEPS Working Document*. N.º 267, maio de 2007.

11 DE WAAL, Thomas – *The Karabakh Trap Dangers and Dilemmas of the Nagorny Karabakh Conflict*. Conciliation Resources. Dezembro de 2008.

12 ASKEROV, Ali – «The Nagorno-Karabakh conflict: the beginning of the Soviet end». In ASKEROV, Ali; BROOKS, Stefan; TCHANTOURIDZÉ, Lasha – *Post-Soviet Conflicts. The Thirty Years' Crisis*. Lanham: Lexington Books, 2020, pp. 55-82; YAVUZ, M. Hakan; GUNTER, Michael M. – *The Karabakh Conflict between Armenia and Azerbaijan. Causes & Consequences*. Cham: Palgrave Macmillan, 2023.

13 ERICKSON, Edward J. – «How do we

explain victory? The Karabakh campaign of 2020». In YAVUZ, M. Hakan; GUNTER, Michael M. – *The Karabakh Conflict between Armenia and Azerbaijan*, pp. 223-244; SCHMITT, Michael N.; COBLE, Kevin S. – «The evolving Nagorno-Karabakh conflict – an international law perspective – part I and part II». Lieber Institute – West Point, 27 e 29 de setembro de 2023. Disponível em: <https://lieber.westpoint.edu/evolving-nagorno-karabakh-conflict-international-law-perspective-part-ii/>.

14 YAVUZ, M. Hakan – «Turkish foreign policy and the Karabakh conflict». In YAVUZ, M. Hakan; GUNTER, Michael M. – *The Nagorno-Karabakh Conflict. Historical and Political Perspectives*. Londres: Routledge, 2022, pp. 275-302; MAHAMMADI, Mesiaqha; HUSEYNOV, Vasif – «Iran's policies toward the Karabakh conflict». In YAVUZ, M. Hakan; GUNTER, Michael M. – *The Nagorno-Karabakh Conflict*, pp. 381-401.

15 CHETERIAN, Vicken – «The origins and trajectory of the Caucasian conflicts». In *Europe-Asia Studies*. Vol. 64, N.º 9, 2012, pp. 1625-1649.

16 SLIDER, Darrell – «Democratization in Georgia». In DAWISHA, Karen; PARROTT, Bruce – *Conflict, Cleavage and Change in Central Asia and the Caucasus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 193.

17 SIMÃO, Licinia – *The EU's Neighbourhood Policy towards the South Caucasus...*, p. 226.

18 CORNELL, Svante E.; POPJANEVSKI, Johanna; NILSSON, Niklas – «Russia's war in Georgia: causes and implications for Georgia and the world». In *Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program Policy Paper*. Agosto de 2008.

- 19** ASMUS, Ronald – *A Little War that Shook the World: Georgia, Russia, and the Future of the West*. Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.
- 20** KAKACHIA, Kornely, et al. – «Mitigating Russia's borderization of Georgia: a strategy to contain and engage». Georgian Institute of Politics Policy Paper. Dezembro de 2017.
- 21** ALBERT, Mathias; DIEZ, Thomas; SETTER, Stephan – «The transformative power of integration: conceptualising border conflicts». In ALBERT, Mathias; DIEZ, Thomas; SETTER, Stephan – *The European Union and Border Conflicts: The Power of Integration and Association*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 13-32.
- 22** KING, Charles – *Post-Soviet Moldova: A Borderland in Transition*. Londres: Royal Institute of International Affairs, 1995; FANE, Daria – «Moldova: breaking loose from Moscow». In BREMMER, Ian; TARAS, Ray – *Nations and Politics in the Soviet Successor States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- 23** CASPERSEN, Nina – *Unrecognized States: The Struggle for Sovereignty in the Modern International System*. Cambridge: Polity Press, 2012, pp. 36-37.
- 24** ISTOMIN, Igor; BOLGOVA, Irina – «Transnistrian strategy in the context of Russian-Ukrainian relations: the rise and failure of "dual alignment"». In *Southeast European and Black Sea Studies*. Vol. 16, N.º 1, 2016, pp. 169-194; LYNCH, Dov – *Russian Peacekeeping Strategies in the CIS: The Cases of Georgia, Moldova and Tajikistan*. Basingstoke: St Antony's and Macmillan Press, 2000.
- 25** SIMÃO, Lúcia – «The EU's conflict resolution policies in the Black Sea area». In *Journal of Balkan and Near East Studies*. Vol. 16, N.º 3, 2014, pp. 300-313.
- 26** BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul – «The new politics of protection? Côte D'Ivoire, Libya and the responsibility to protect». In *International Affairs*. Vol. 82, N.º 7, 2011, pp. 825-850; EVANS, Gareth – «R2P: the next ten years». In BELLAMY, Alex; DUNNE, Tim – *Oxford Handbook of the Responsibility to Protect*. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 913-931.
- 27** WELSH, Jennifer – *Humanitarian Intervention and International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- 28** BARNETT, Michael – *Empire of Humanity: A History of Humanitarianism*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2011; BELLAMY, Alex – *Responsibility to Protect*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- 29** CAVALCANTE, Fernando – *Peacebuilding in the United Nations. Coming into Life*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- 30** BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul – «The new politics of protection...».
- 31** HEHIR, Aidan – «The responsibility to protect debate: an enduring black hole». In *Journal of Intervention and Statebuilding*. Vol. 18, N.º 2, 2024, pp. 205-210; HOBSON, Christopher – «The moral untouchability of the responsibility to protect». In *Journal of Intervention and Statebuilding*. Vol. 16, N.º 3, 2022, pp. 368-385.
- 32** PUREZA, José Manuel – «As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia». In *Carta Internacional*. Vol. 7, N.º 1, janeiro-junho de 2012, pp. 3-19.
- 33** PUPCENOKS, Juris; SELTZER, Eric J. – «Russian strategic narratives on R2P in the "near abroad"». In *Nationalities Papers*. Vol. 49, N.º 4, 2021, pp. 757-775; ALLISON, Roy – «The Russian case for military intervention in Georgia: international law, norms and political calculation». In *European Security*. Vol. 18, N.º 2, 2009, pp. 173-200.
- 34** BURAI, Erna – «Parody as norm contestation: Russian normative justifications in Georgia and Ukraine and their implications for global norms». In *Global Society*. Vol. 30, N.º 1, 2015, pp. 67-77.
- 35** DAVTYAN, Erik – «Lessons that lead to war: foreign policy learning and military escalation in the Nagorno-Karabakh conflict». In *Problems of Post-Communism*. Vol. 71, N.º 1, 2023, pp. 26-36.
- 36** REISMAN, W. M. – «Stopping wars and making peace: reflections on the ideology and practice of conflict termination in contemporary world politics». In *Tulsa Journal of Comparative and International Law*. Vol. 6, 1998, pp. 5-56.
- 37** MAC GINTY, Roger – «No war, no peace: why so many peace processes fail to deliver peace». In *International Politics*. Vol. 47, 2010, pp. 145-162; MEARSHEIMER, John J.; VAN EVERA, Stephen – «When peace means war». In *The New Republic*. Dezembro de 1995.
- 38** José Manuel Pureza apresenta-nos a paz liberal da seguinte forma: «diferentemente do que Kant prescrevia para o sistema interestatal marcadamente homogêneo do seu tempo, o suporte con-
- temporâneo dessa paz-como-governança já não é mais cada constituição nacional, mas antes, uma espécie de código global de boas práticas de estruturação e gestão dos Estados [...], consolidado por muitos procedimentos de várias ordens – designadamente por diferentes condicionalidades estabelecidas por plataformas internacionais de "doadores"» (PUREZA, José Manuel – «As ambiguidades da responsabilidade de proteger...», p. 3).
- 39** MARANDICI, Ion – «Great power competition, clientelism, and de facto states: Transnistria and Taiwan compared». In *Nationalities Papers*. First view, 2024, pp. 1-22.
- 40** PEGG, Scott; BERG, Eiki – «Lost and found: the WikiLeaks of de facto state-great power relations». In *International Studies Perspectives*. Vol. 17, N.º 3, 2016, pp. 267-286.
- 41** DE WAAL, Thomas – «Enhancing the EU's engagement with separatist territories». In *Carnegie Europe*. Carnegie Endowment for International Peace. 2017. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2017/04/enhancing-the-eus-engagement-with-separatist-territories?lang=en¢er=europe>.
- 42** O Azerbaijão tornou pública uma lista dos indivíduos que visitaram a região do Nagorno-Karabakh sem autorização prévia e que ficariam impedidos de entrar no país. Ver ZEYNALOV, Magerram – «Azerbaijan clamps down on Karabakh visitors». Institute for Peace and War Reporting. 14 de agosto de 2013. Consultado em: 9 de novembro de 2023. Disponível em: <https://iwpr.net/globalvoices/azerbaijan-clamps-down-karabakh-visitors>. Para além disso, os pedidos de visto para o Azerbaijão incluem a questão de saber se o requerente já visitou a região e cuja resposta positiva resulta na rejeição do visto. Ver «LIST OF foreign citizens [who] illegally visited occupied territories of the Republic of Azerbaijan» [consultado em: 10 de novembro de 2023; disponível no sítio da internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão: <http://www.mfa.gov.az/en/content/915>, mas atualmente indisponível].
- 43** MYLONAS, Harris – «The geopolitics of de facto states». In *PONARS Eurasia Policy Memo*. N.º 577, fevereiro de 2019.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, Mathias; DIEZ, Thomas; SETTER, Stephan – «The transformative power of integration: conceptualising border conflicts». In ALBERT, Mathias; DIEZ, Thomas; SETTER, Stephan – *The European Union and Border Conflicts: The Power of Integration and Association*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 13-32.
- ALLISON, Roy – «The Russian case for military intervention in Georgia: international law, norms and political calculation». In *European Security*. Vol. 18, N.º 2, 2009, pp. 173-200. DOI: <https://doi.org/10.1080/09662830903468734>.
- ASKEROV, Ali – «The Nagorno-Karabakh conflict: the beginning of the Soviet end». In ASKEROV, Ali; BROOKS, Stefan; TCHANTOURIDZÉ, Lasha – *Post-Soviet Conflicts. The Thirty Years' Crisis*. Lanham: Lexington Books, 2020, pp. 55-82.
- ASMUS, Ronald – *A Little War that Shook the World: Georgia, Russia, and the Future of the West*. Basingstoke e Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.
- BARNETT, Michael – *Empire of Humanity: A History of Humanitarianism*. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2011.
- BELLAMY, Alex – *Responsibility to Protect*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- BELLAMY, Alex; WILLIAMS, Paul – «The new politics of protection? Côte D'Ivoire, Libya and the responsibility to protect». In *International Affairs*. Vol. 82, N.º 7, 2011, pp. 825-850. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2011.01006.x>.
- BLANK, Stephen – «Russia and the Black Sea's frozen conflicts in strategic perspective». In *Mediterranean Quarterly*. Vol. 19, N.º 3, 2008, pp. 23-54. DOI: <https://doi.org/10.1215/10474552-2008-012>.
- BURAI, Erna – «Parody as norm contestation: Russian normative justifications in Georgia and Ukraine and their implications for global norms». In *Global Society*. Vol. 30, N.º 1, 2015, pp. 67-77. DOI: <https://doi.org/10.1080/13600826.2015.1092424>.
- CASPERSEN, Nina – *Unrecognized States: The Struggle for Sovereignty in the Modern International System*. Cambridge: Polity Press, 2012, pp. 36-37.
- CAVALCANTE, Fernando – *Peacebuilding in the United Nations. Coming into Life*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- CHETERIAN, Vicken – «The origins and trajectory of the Caucasian conflicts». In *Europe-Asia Studies*. Vol. 64, N.º 9, 2012, pp. 1625-1649.
- CORNELL, Svante E.; POPJANEVSKI, Johanna; NILSSON, Niklas – «Russia's war in Georgia: causes and implications for Georgia and the world». In *Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program Policy Paper*. Agosto de 2008.
- DAVTYAN, Erik – «Lessons that lead to war: foreign policy learning and military escalation in the Nagorno-Karabakh conflict». In *Problems of Post-Communism*. Vol. 71, N.º 1, 2023, pp. 26-36. DOI: <https://doi.org/10.1080/10758216.2023.2183410>.
- DE WAAL, Thomas – *Black Garden. Armenia and Azerbaijan through Peace and War*. Nova Iorque: New York University Press, 2003, pp. 145-158.
- DE WAAL, Thomas – *The Karabakh Trap Dangers and Dilemmas of the Nagorny Karabakh Conflict*. Conciliation Resources. Dezembro de 2008.
- DE WAAL, Thomas – «Enhancing the EU's engagement with separatist territories». In *Carnegie Europe*. Carnegie Endowment for International Peace. 2017. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2017/04/enhancing-the-eu-engagement-with-separatist-territories?lang=en¢er=europe>.
- DERLUGUIAN, Georgi M. – *Bourdieu's Secret Admirer in the Caucasus. A World-System Biography*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005, p. 189.
- ERICKSON, Edward J. – «How do we explain victory? The Karabakh campaign of 2020». In YAVUZ, M. Hakan; GUNTER, Michael M. – *The Karabakh Conflict between Armenia and Azerbaijan. Causes & Consequences*. Cham: Palgrave Macmillan, 2023, pp. 223-244.
- EVANS, Gareth – «R2P: the next ten years». In BELLAMY, Alex; DUNNE, Tim – *Oxford Handbook of the Responsibility to Protect*. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 913-931.
- FANE, Daria – «Moldova: breaking loose from Moscow». In BREMMER, Ian; TARAS, Ray – *Nations and Politics in the Soviet Successor States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- FREIRE, Maria R.; SIMÃO, Licínia – «The Armenian road to democracy – dimensions of a tortuous process». In *CEPS Working Document*. N.º 267, maio de 2007.
- HEHIR, Aidan – «The responsibility to protect debate: an enduring black hole». In *Journal of Intervention and Statebuilding*. Vol. 18, N.º 2, 2024, pp. 205-210. DOI: <https://doi.org/10.1080/17502977.2024.2307258>.
- HOBSON, Christopher – «The moral untouchability of the responsibility to protect». In *Journal of Intervention and Statebuilding*. Vol. 16, N.º 3, 2022, pp. 368-385. DOI: <https://doi.org/10.1080/17502977.2021.2015146>.
- ICG – *Nagorno-Karabakh: A Plan for Peace*. International Crisis Group Europe Report. N.º 167, 11 de outubro de 2005, pp. 3-6.
- ISTOMIN, Igor; BOLGOVA, Irina – «Transnistrian strategy in the context of Russian-Ukrainian relations: the rise and failure of "dual alignment"». In *Southeast European and Black Sea Studies*. Vol. 16, N.º 1, 2016, pp. 169-194.
- KAKACHIA, Kornely; KAKHISHVILI, Levan; LARSEN, Joseph; GRIGALESHVILI, Mariam – «Mitigating Russia's borderization of Georgia: a strategy to contain and engage». Georgian Institute of Politics Policy Paper. Dezembro de 2017.
- KAZANTSEV, Andrei A.; RUTLAND, Peter; MEDVEDEVA, Svetlana M.; SAFRANCHUK, Ivan A. – «Russia's policy in the "frozen conflicts" of the post-Soviet space: from ethno-politics to geopolitics». In *Caucasus Survey*. Vol. 8, N.º 2, 2020, pp. 142-162. DOI: <https://doi.org/10.1080/23761199.2020.1728499>.
- KING, Charles – *Post-Soviet Moldova: A Borderland in Transition*. Londres: Royal Institute of International Affairs, 1995.
- «LIST OF foreign citizens [who] illegally visited occupied territories of the Republic of Azerbaijan». Consultado em: 10 de novembro de 2023. Disponível em: <http://www.mfa.gov.az/en/content/915> [atualmente indisponível].
- LYNCH, Dov – *Russian Peacekeeping Strategies in the CIS: The Cases of Georgia, Moldova and Tajikistan*. Basingstoke: St Antony's and Macmillan Press, 2000.
- LYNCH, Dov – «Separatist states and post-Soviet conflicts». In *International Affairs*. Vol. 78, N.º 4, 2002, pp. 831-848. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2346.00282>.
- MAC GINTY, Roger – «No war, no peace: why so many peace processes fail to deliver peace». In *International Politics*. Vol. 47, 2010, pp. 145-162. DOI: <https://doi.org/10.1057/ip.2010.4>.
- MAHAMMADI, Mesiagha; HUSEYNOV, Vasif – «Iran's policies toward the Karabakh conflict». In YAVUZ, M. Hakan; GUNTER, Michael M. – *The Nagorno-Karabakh Conflict. Historical and Political Perspectives*. Londres: Routledge, 2022, pp. 381-401.
- MARANDICI, Ion – «Great power competition, clientelism, and de facto states: Transnistria and Taiwan compared». In *Nationalities Papers*. First view, 2024, pp. 1-22. DOI: <https://doi.org/10.1017/nps.2024.26>.
- MEARSHEIMER, John J.; VAN EVERA, Stephen – «When peace means war». In *The New Republic*. Dezembro de 1995.
- MILANOVA, Nadia – «The territory-identity nexus in the conflict over Nagorno Karabakh: implications for OSCE peace efforts». In *Journal of Ethnopolitics and Minority Issues in Europe*. Vol. 2, N.º 4, 2003, pp. 1-24.
- MYLONAS, Harris – «The geopolitics of de facto states». In *PONARS Eurasia Policy Memo*. N.º 577, fevereiro de 2019.

- ÖZKAN, Behlül – «Who gains from the “no war no peace” situation? A critical analysis of the Nagorno-Karabakh conflict». In *Geopolitics*. Vol. 13, N.º 2, 2008, pp. 572-599. DOI: <https://doi.org/10.1080/14650040802203191>.
- PEGG, Scott; BERG, Eiki – «Lost and found: the WikiLeaks of *de facto* state-great power relations». In *International Studies Perspectives*. Vol. 17, N.º 3, 2016, pp. 267-286. DOI: <https://doi.org/10.1111/insp.12078>.
- PRIEGO, Alberto – «The creation of the Azerbaijani identity and its influence on foreign policy». In *UNISCI Discussion Papers*. Maio de 2005.
- PUPCENOKS, Juris; SELTZER, Eric J. – «Russian strategic narratives on R2P in the “near abroad”». In *Nationalities Papers*. Vol. 49, N.º 4, 2021, pp. 757-775. DOI: <https://doi.org/10.1017/nps.2020.54>.
- PUREZA, José Manuel – «As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia». In *Carta Internacional*. Vol. 7, N.º 1, janeiro-junho de 2012, pp. 3-19.
- REISMAN, W. M. – «Stopping wars and making peace: reflections on the ideology and practice of conflict termination in contemporary world politics». In *Tulsa Journal of Comparative and International Law*. Vol. 6, 1998, pp. 5-56.
- RICHARDS, Paul – *No Peace, No War: An Anthropology of Contemporary Armed Conflicts*. Athens, OH: Ohio University Press, 2005.
- SCHMITT, Michael N.; COBLE, Kevin S. – «The evolving Nagorno-Karabakh conflict – an international law perspective – part I and part II». Lieber Institute – West Point. 27 e 29 de setembro de 2023. Disponível em: <https://lieber.westpoint.edu/evolving-nagorno-karabakh-conflict-international-law-perspective-part-ii/>.
- SIMÃO, Licínia – «Engaging civil society in the Nagorno-Karabakh conflict: what role for the EU and the neighbourhood policy?». In *MICROCON Policy Working Paper*. N.º 11, junho de 2010.
- SIMÃO, Licínia – «The EU’s conflict resolution policies in the Black Sea area». In *Journal of Balkan and Near East Studies*. Vol. 16, N.º 3, 2014, pp. 300-313.
- SIMÃO, Licínia – *The EU’s Neighbourhood Policy towards the South Caucasus: Expanding the European Security Community*. Cham: Springer International Publishing, 2018.
- SLIDER, Darrell – «Democratization in Georgia». In DAWISHA, Karen; PARROTT, Bruce – *Conflict, Cleavage and Change in Central Asia and the Caucasus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, pp. 156-200.
- SMETANA, Michal; LUDVÍK, Jan – «Between war and peace: a dynamic reconceptualization of “frozen conflicts”». In *Asia Europe Journal*. Vol. 17, N.º 1, 2019, pp. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10308-018-0521-x>.
- WALKER, Edward – «No war, no peace in the Caucasus. Contested sovereignty in Chechnya, Abkhazia, and Karabakh». In BERTSCH, Gary K.; CRAFT, Cassidy B.; JONES, Scott A.; BECK, Michael D. – *Crossroads and Conflicts: Security and Foreign Policy in the Caucasus and Central Asia*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2000, pp. 152-187.
- WELSH, Jennifer – *Humanitarian Intervention and International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- YAVUZ, M. Hakan – «Turkish foreign policy and the Karabakh conflict». In YAVUZ, M. Hakan; GUNTER, Michael M. – *The Nagorno-Karabakh Conflict. Historical and Political Perspectives*. Londres: Routledge, 2022, pp. 275-302.
- YAVUZ, M. Hakan; GUNTER, Michael M. – *The Karabakh Conflict between Armenia and Azerbaijan. Causes & Consequences*. Cham: Palgrave Macmillan, 2023.
- ZEYNALOV, Magerram – «Azerbaijan clamps down on Karabakh visitors». Institute for Peace and War Reporting. 14 de agosto de 2013. Consultado em: 9 de novembro de 2023. Disponível em: <https://iwpr.net/globalvoices/azerbaijan-clamps-down-karabakh-visitors>.